

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 15-6-2020.

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.582/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e dezoito minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Professor Wambert. Em Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20 (Processo nº 0195/20). Foi rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por onze votos SIM e vinte e um votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovada a Emenda nº 10 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por vinte e oito votos SIM e um voto NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 12 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por quatorze votos SIM e dezessete votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi rejeitada a Emenda nº 13

aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por quatorze votos SIM e dezoito votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi aprovada a Emenda nº 16 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por vinte e três votos SIM e nove votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher e Prof. Alex Fraga. Foi aprovada a Emenda nº 18 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por vinte e nove votos SIM e um voto NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Lourdes Sprenger. A seguir, o Presidente declarou parcialmente prejudicada a Emenda nº 25 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, em face da aprovação da Emenda nº 18. Foi rejeitada a Emenda nº 20 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por sete votos SIM e vinte e oito votos NÃO, tendo votado Sim Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Márcio Bins Ely, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e Não Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi rejeitada, em votação simbólica, a Emenda nº 23 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20. Foi rejeitada a Emenda nº 24 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por onze votos SIM, vinte votos NÃO e uma ASBTENÇÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta,

Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Adeli Sell. Foi rejeitada, em sua parte não prejudicada, a Emenda nº 25 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por doze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi rejeitada a Emenda nº 26 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por doze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi rejeitada a Emenda nº 27 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por quatorze votos SIM e vinte e um votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, José Freitas, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi aprovada a Emenda nº 28 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por vinte e três votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Professor Wambert e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 28 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por vinte e três votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante

Nádia, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Paulo Brum, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/20, por trinta e seis votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Às dezoito horas e dois minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Karen Santos e João Bosco Vaz. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Cláudio Janta, Adeli Sell e Karen Santos. Às dezenove horas e dois minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h18min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: autor e bancadas/03 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0195/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/20, que institui o Fundo Municipal de Combate ao Coronavírus (FUNCOVID-19), e o Programa Municipal Temporário de Transferência de Renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). (SEI 118.00089/2020-30)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, das Emendas nos 01 a 14, 16 a 20 e 22 a 28 e das Subemendas nº 01 às Emendas nos 02 e 28, e pela existência de óbice de natureza jurídica à tramitação da Emenda nº 21.

Observações:

- com Emenda nº 01 a 04, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni;
- com Emenda nº 05, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol;
- com Emenda nº 06, de autoria do Ver. Felipe Camozzato;
- com Emenda nº 07, de autoria dos Vers. Engº Comassetto e Marcelo Sgarbossa;
- com Emenda nos 08 e 09, de autoria do Ver. Mauro Zacher;
- com Emenda nº 10, de autoria da Verª Mônica Leal;
- com Emenda nº 11, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina;
- com Emenda nº 12, de autoria do Ver. Engº Comassetto, Marcelo Sagarbossa e Adeli Selll;
- com Emenda nº 13, de autoria do Ver. Adeli Sell, Engº Comassetto, Marcelo Sgabossa e Aldacir Oliboni;
- com Emendas nos 14, 16, 17, 18, 19 e 21 e Subemenda nº01 à Emenda 02, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina;
- com Emendas nos 20, 22, 23 e 28 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 28, de autoria do Ver. Ricardo Gomes;
- com Emenda nº 24, de autoria do Ver. Karen Santos;
- com Emendas nos 25 e 26, de autoria dos Vers. Roberto Robaina e Prof. Alex Fraga;
- com Emenda nº 27, de autoria dos Vers. Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Karen Santos;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- votação nominal conforme o art. 2º, VIII, *d*, da Resolução nº 2.582/20;
- incluído na Ordem do Dia em 10-06-20, conforme a Resolução nº 2.582/20.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal a Emenda nº 09 ao PLCE nº 006/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 09 ao PLCE nº 006/20) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 09 ao PLCE nº 006/20.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Diretor, há um prazo para recurso, e eu tive, como outros vereadores, seis emendas que disseram não estar tecnicamente... Outros realocaram as emendas. Eu estou no prazo de recurso, esperando uma posição da Prefeitura; por isso votei contrariamente à emenda, porque estou com recurso.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Por eu ter recursos, meu voto foi “não”.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 10 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 10.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 28 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovada a Emenda nº 10 ao PLCE nº 006/20.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Diretor, na emenda de autoria do Ver. Oliboni, eu votei “não” porque obrigava que tivesse no *site* transparência o nome do doador, mas sempre serei favorável à transparência. Então, votei “sim” na emenda de autoria da Ver.^a Mônica Leal.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Por ser inconstitucional a vinculação de eventual saldo ao Fundo Municipal de Saúde e ao para assistência social, eu votei “não”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal a Emenda nº 12 ao PLCE nº 006/20).

VEREADOR ADELI SELL (PT): Solicito que seja lida a Emenda nº 12.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 12.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 12 ao PLCE nº 006/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Pela importância de o secretário da cultura estar presente nesse comitê, votei “sim”.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Votei “sim”. É importante ter a secretaria da cultura num fundo que vai disponibilizar recursos para as pessoas que estarão atingidas pela Covid.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Votei “não”, porque nesses (Problema técnico no som) incluiria outras secretarias, não somente uma a mais.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 13 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 13.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 13 ao PLCE nº 006/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Faço um registro importante de que a Emenda nº 14, de autoria dos Vereadores José Freitas e Alvoni Medina foi retirada. A emenda que foi registrada como Emenda nº 15, na verdade, é a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, que equivocadamente foi registrada como Emenda nº15, mas nós retificamos no processo - essa subemenda foi retirada.

Em votação nominal a Emenda nº 16 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 16.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovada a Emenda nº 16 ao PLCE nº 006/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Emenda nº 17 ao PLCE nº 006/20 de autoria do Ver. José Freitas e do Ver. Alvoni Medina foi retirada. Informo que a Emenda nº 18 ao PLCE nº 006/20, se for aprovada, prejudica parcialmente a Emenda nº 25, quanto à exclusão do § 3 do art. 9 do PLCE nº 006/20.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Na verdade, não entendi muito bem, Luiz Afonso, porque aqui diz que inclui o inc. VI, e já existe o inc. VI neste projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, vereadora, está incluindo esse inciso e determinando a renumeração dos demais.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Daí o inc. VI passa a ser o inc. VII, é isso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, passa a ser o inc. VI; os demais sobem uma numeração mais um cada.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas já tem seis incisos. Como é que este vai ser o inciso VI; então ou altera ou inclui o inc. VII.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É o que está escrito na emenda. Eu não posso alterar a emenda que já está protocolada.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Mas tem um erro didático, já temos até o inc. VI, não pode incluir um inc. VI se já tem o inc. VI. Tem de alterar ou incluir o inc. VII.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, vereadora, pela técnica legislativa, é possível intercalar dispositivos dentro de outros que já existem, determinando a renumeração dos subsequentes. Na perspectiva em que a emenda está redigida, os vereadores colocam o inc. VI nessa redação, e o atual texto do inc. VI passa a ser o inc. VII.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O.K.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Tens como ler novamente, para explicar para o pessoal, Luiz Afonso? E quero aproveitar para agradecer o carinho de todos pela votação da nossa Emenda nº 16, também.

(Procede-se a leitura da Emenda nº 18 ao PLCE nº 006/20.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 18 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 18.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 29 votos **SIM** e 01 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovada a Emenda nº 18 ao PLCE nº 006/20; ficando prejudicada, parcialmente, a Emenda nº 25, quanto à exclusão do § 3º do art. 9º do projeto.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Embora não diga o que seria doença grave, quem sabe, depois, o governo decida, por isso votei “sim”.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): É uma emenda importante, mas a viabilização dela, na comprovação se é doença grave, para fazer essa doação, é burocrática, não sei se vai ter sucesso. Por isso votei “não”.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Como presidente da Frente Parlamentar de Doenças Raras, o meu voto foi “sim”.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Confiando na qualidade técnica e, também, no bom senso do Executivo e da Secretaria Municipal da Saúde, para que, depois, eventualmente, venha classificar o que venham a ser doenças graves, eu votei “sim” na Emenda.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Ainda que com dúvida em relação à prejudicialidade a uma futura emenda, eu votei “sim”.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Bom, conforme a legislação federal, podendo, depois, o Executivo regulamentar as doenças graves aí, eu votei “sim”.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Informo que a Emenda nº 19, de autoria dos Vereadores José Freitas e Alvoní Medina foi retirada.

Em votação nominal a Emenda nº 20 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 20.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 07 votos **SIM** e 28 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 20 ao PLCE nº 006/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Não tem como votar “sim”, porque aí tem contrapartida. O projeto fala em “doações”; portanto não dá para inventar. Por mais que a gente queira ajudar algum comerciante, algum empresário, mas não se trata de contrapartida, e sim de doação. E como é doação, eu votei “não”.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Pena o tempo curto aí para que a gente pudesse arrumar essa emenda, diminuindo esse percentual aí, mas votei “sim”, com Declaração de Voto da bancada do DEM, que vou colocar, depois, no SEI, diretor.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Acompanho a bancada, votei “sim”, com Declaração de Voto, que será encaminhada no sentido de que na redação final seja ajustada a emenda ao... (problema técnico no som.).

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Eu quero justificar, em princípio eu ia votar “sim”, mas as razões do Ver. Cassiá, e com a devida vênia ao Ver. Ricardo, me convenceram do contrário, porque eu acho que se é doação não pode haver renúncia. Então, eu votei “não”.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Assim como existem doações que nós deduzimos do Imposto de Renda, eu acho que as doações para o Funcovid-19 podem impulsionar mais ajuda. Votei “sim”.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Votei “não” pelas mesmas razões que o Valter acabou de dizer: se é doação, é doação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, a Emenda nº 21 ao PLCE nº 006/20, de autoria dos vereadores José Freitas e

Alvoni Medina foi retirada. A Emenda nº 22 ao PLCE nº 006/20, de autoria do vereador Ricardo Gomes, foi retirada.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 23 ao PLCE nº 006/20.) (Pausa.)

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Sou autor desta emenda e há um erro formal na emenda num dos incisos ao ser adaptada da lei federal; para apresentar, nós cometemos um erro formal que o Ver. Ramiro Rosário apontou na sessão anterior. Por essa razão, como autor, não posso retirar emenda porque estamos na Ordem do Dia, solicito aos colegas a rejeição da emenda porque ela resultaria numa expansão exacerbada da população atingida pelo auxílio, ficaria virtualmente impagável por estar adicionando os que recebem Bolsa Família. Em razão deste erro formal, que constou de um dos incisos, peço aos colegas a rejeição da emenda de minha autoria.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Tendo em vista a declaração do autor, que suscitou nosso aplauso, reconhecendo a incorreção da emenda, me parece dispensável a votação da forma como temos conduzido, seria demorado. Acho que ninguém entre os presentes discordaria que nós atendêssemos à solicitação do autor e votássemos contrário à emenda, porque ela ficaria prejudicada. É a proposta que faço.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Exatamente, presidente, é o que eu ia sugerir. Tendo acordo, pode-se excepcionalizar a votação nominal, e caso não se manifestem contrariamente, podemos considerar a emenda rejeitada.

Em votação a Emenda nº 23 ao PLCE nº 006/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA.**

Em votação nominal a Emenda nº 24 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 24 ao PLCE nº 006/20.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**, 20 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 24 ao PLCE nº 006/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Votei “sim” e registro minha indignação com a atitude do prefeito na tarde de hoje, de mandar recolher os pertences de moradores de rua em Porto Alegre. Lamentável.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu sou sempre a favor das pessoas mais vulneráveis, mas esse valor seria altíssimo para o Município, acrescentaria de uma forma extrema e nós não teríamos condições de bancar. Eu votei “não”.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Votei “sim” e faço coro com a fala do Ver. Oliboni em relação ao vídeo que acabei de receber, da violência às pessoas em situação de rua neste inverno.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Quero cumprimentar o Ver. Ricardo Gomes pela humildade em reconhecer o erro na emenda anterior. Votei “não”.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Considerando que estamos numa época de tantas dificuldades já para as pessoas que têm suas rendas, têm seus empregos, moradia, enfim, que têm segurança financeira, votei “sim” para ajudar as pessoas neste momento...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito ao nosso diretor legislativo que providencie o encaminhamento da votação da Emenda nº 25.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 25 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 25.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 25 ao PLCE nº 006/20. Solicito ao diretor legislativo que prossiga, anunciando a próxima emenda a ser votada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 26 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 26.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 26 ao PLCE nº 006/20. Solicito ao nosso diretor legislativo que, de imediato, faça a leitura da nova emenda a ser votada, a de nº 27, e dê início à votação propriamente dita.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 27 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 27.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 21 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro rejeitada a Emenda nº 27 ao PLCE nº 006/20.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Apesar de já ter sido aprovado um projeto de transparência da Ver.^a Mônica, e eu acho que tem o mesmo objeto, votei “sim”.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Concordando com a Ver.^a Cláudia, acho que esta deve ser a terceira ou quarta emenda de transparência, como nós aprovamos a emenda da Ver.^a Mônica Leal, que é bem mais ampla, e esperando que o Ver. Oliboni bote mais um *card* seu, eu votei “não”.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Já votei “sim” na emenda da Ver.^a Mônica Leal, então votei “não” na Emenda nº 27.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Por toda a transparência, que todos os votos têm que se tornar públicos, votei “sim”

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Por já ter votado na emenda da Ver.^a Mônica, votei “não” na Emenda nº 27.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Votei “não” por já ter votado no projeto da Ver.^a Mônica.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu gostaria de fazer um pequeno esclarecimento para os vereadores Cláudio Janta e Mauro Pinheiro: o Ver. Aldacir Oliboni é da bancada do PT, e a emenda é de autoria da bancada do PSOL. Votei “sim”.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB): Eu também votei na transparência; agora, vou esperar o *card* difamatório do Ver. Oliboni, que adora difamar os colegas e mentir. Votei “não”.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Para contribuir com o *card* populista do Ver. Oliboni, eu também votei “não”.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Votei “não” por entender que estava prejudicada pela emenda da Ver.^a Mônica.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Eu votei “não”, mas eu lamento que a postura do Ver. Oliboni esteja prejudicando a bancada do PSOL.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Emenda nº 28 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Emenda nº 28.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovada a Emenda nº 28 ao PLCE nº 006/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Agradeço a lembrança dos colegas vereadores com relação ao que o Portal Transparência da Câmara divulga para toda a sociedade, votei “sim”.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Meritória a emenda do Ver. Ricardo, uma vez que até protege aqueles que desejam concorrer ao pleito de 2020; eu votei “sim”.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Como eu não voto na emenda pelo nome do autor e sim pelo seu conteúdo, eu votei “sim”.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Parabéns ao Ver. Ricardo Gomes, boa emenda, votei “sim”.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal a Subemenda nº 01 à Emenda nº 28 ao PLCE nº 006/20. (Procede à leitura da Subemenda nº 01 à Emenda nº 28 ao PLCE nº 006/20.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 28 ao PLCE nº 006/20. Solicito ao diretor legislativo que prossiga, anunciando a votação do projeto.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Com a esperança de que um dia o Ver. Ricardo Gomes vote em alguma iniciativa de algum vereador da oposição, eu voto "sim".

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Eu voto "sim", e acompanho os colegas que registram que o Ver. Ricardo poderia ser menos ideológico e votar mais no mérito dos projetos e das emendas.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Com a mesma tranquilidade que votei favoravelmente ao projeto, voto contra a emenda. Acho que aquelas decisões do projeto e da emenda, em si, aumentam agora, porque além de discriminar os portadores de cargos em comissão, discrimina os agentes políticos, sacralizando os políticos em geral, que parecem ser as vítimas do momento. Já coloquei isso ao autor, e, com todo o respeito, todo o carinho, acho que está mal redigida esta subemenda, razão pela qual votei contrariamente.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal o PLCE nº 006/20. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 36 votos **SIM**.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro aprovado PLCE nº 006/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu voto "sim", com a declaração de voto que será enviada pelo SEI, como manda a norma.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Voto "sim", mas lamento a posição da liderança do governo, articular e votar todo mundo "não" nas emendas da oposição.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): "Sim", mostrando que o nosso partido é coerente, quando tem que dizer "não", diz "não", quando tem que dizer "sim", diz "sim", e esse projeto é meritório porque ajuda os mais pobres. Obrigado.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Eu quero parabenizar ao Presidente, a ti, Diretor Legislativo, e toda a assessoria por estar conduzindo os trabalhos, tanto da reunião com o prefeito, tanto como agora até quase 18 horas, as votações do dia de hoje. Parabéns, Luiz Afonso, e aos assessores, que a gente não os vê, mas sabemos que todos estão aí trabalhando. Votei "sim", no projeto. Obrigada.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Parabenizando o nosso querido Presidente Pujol por estar nessa jornada desde o início da tarde, e o nosso prefeito que estive no primeiro momento com a gente, eu votei "sim".

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Eu quero cumprimentar a todos os colegas que apresentaram emendas; a condução dos trabalhos e a você, Luiz Afonso, e dizer que, infelizmente, a fala do prefeito, hoje ao meio-dia, não foi verdadeira. A base do governo rejeitou todas as contribuições da oposição, mesmo sendo boas as contribuições; mesmo assim, votamos "sim" nesse projeto. Muito obrigado.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Votei "sim" no projeto. Só para dizer aos vereadores Oliboni e Comassetto que muitas vezes eu votei "não" às emendas da oposição por achar ruim, e algumas delas pela postura que alguns vereadores da oposição têm, fazendo publicações desairosas aos seus colegas. Então, não merece meu voto, mesmo que seja, muitas vezes, bonzinho. Obrigado.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): É um projeto que visa a atender os menos favorecidos neste momento, aqueles que tinham e perderam, eu votei

“sim” e quero fazer uma correção. Quando eu falei em controladoria, é a auditoria da Prefeitura, ela existe. Não era procuradoria, era controladoria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Eu me somo aos cumprimentos pela condução da Diretoria Legislativa, a todos integrantes, ao Presidente Pujol e o meu voto foi “sim”.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Votei “sim” e parabéns, Presidente Pujol.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Quero cumprimentar o nosso Presidente Pujol pela condução dos trabalhos, cumprimentar o Executivo por este projeto importante em tempos e em momentos difíceis que ainda vamos enfrentar. Votei “sim” no projeto.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bem, se eu fosse votar pelo descaso do governo com os vereadores que não são da base do mesmo e também pela quantidade de votos “não” que essa base vota nos meus projetos e em muitos outros, mas como eu voto no conteúdo e pela população, eu votei “sim”. Mas que fique o recado aqui para o governo, que tudo que foi falado não acontece na realidade.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): O projeto que deveria ser comemorado por nós todos da Câmara de Vereadores, mas infelizmente com 90 dias de atraso, meu voto foi “sim”, mas lamentando a demora do Executivo para protocolar essa iniciativa.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Eu sou do dito popular que mais vale tarde do que nunca. Tarde ou cedo, o projeto é bom; mais do que bom, é ótimo. Votei nele com toda a tranquilidade, e votaria sempre. Meu voto foi “sim”.

VEREADOR RICARDO GOMES (DEM): Eu quero esclarecer os colegas que são da oposição, como disse o Ver. Mauro Zacher, que eu por diversas vezes voto aqui projetos da oposição, não só no plenário como na CCJ, sempre que concordo com eles. Não é tão comum; às vezes, raro. Mas não é por autoria, é pelo conteúdo. E faço a mesma coisa com o governo. Dito isso, eu votei “sim” no projeto.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): É evidente que é um projeto atrasado, o valor pequeno, mas é lógico que nós votamos a favor, embora seja um projeto fraco, é o que se tem, porque é o que infelizmente a Câmara vota. A Câmara não votou projetos melhores, mas nós votamos esse projeto embora ele seja insuficiente. Votamos “sim”.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Eu acho que a justiça que tarda não é justiça; apoio que tarda, Ver. Pujol, com todo o carinho que eu lhe tenho, também não é bom. Acho que a marca do governo, eu já disse quando eu sustentei na sexta-feira as minhas razões, é o atraso, e, hoje pela manhã, o prefeito corrobora com isso dizendo que ainda não comprou um respirador para Porto Alegre. Não obstante tudo isso, o projeto visa a ajudar quem mais precisa e, nesse sentido, eu já tinha dito lá atrás, meu voto foi “sim”.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Quero, neste momento, antes de proclamar obviamente aprovado o projeto de lei, ressaltar o seguinte. Tenha ou não aqui a Casa as suas discrepâncias, suas posições ideológicas e políticas, ninguém negue à Câmara Municipal de Porto Alegre a comprovação da sua tradição de... (Problemas técnicos no som.)... com a cidade sabendo de uma forma ou de outra se posicionar diante do interesse público e diante da proposta que lhe são submetidas. Hoje mesmo, desde às 8h da manhã, esta Casa funciona e funciona bem. A Comissão de Constituição e Justiça analisou vários projetos e deu os devidos encaminhamentos aos mesmos. Mais tarde, por mais de duas horas, quase três horas, ouvimos o Sr. Prefeito, houve debate, com concordâncias e discordâncias. Agora, concluímos esta votação que eu achava impensável de ser concluída no dia de hoje, dado o número de emendas que tinha. Entretanto chegamos a um final com esse resultado, demonstrando que nós temos condições com muita frequência de superar qualquer divergência sabendo que por uma razão ou por outra algum projeto deve ser aprovado ou rejeitado. A Casa unanimemente opinou por aprovar este projeto de lei, até parafraseando o Ver, Alex, tardou, mas veio à Casa e nós não tardamos em decidir sobre ele. Por isso, proclamo com muita satisfação a decisão unânime da Casa pela aprovação do projeto de lei que até o presente momento estava sendo votado e que foi por todos nós aprovado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Presidente, não temos nada mais na Ordem do Dia.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 18h02min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Pujol, caros colegas vereadores e vereadoras, eu quero insistir na importância do debate que nós tivemos hoje de tarde. Eu lastimo profundamente que colegas tenham se enveredado pela questão político-ideológica, tendo votado contra questões de transparência, de princípios fundamentais do direito administrativo, isso é lastimável. Nós queremos

insistir que, na reunião com o senhor prefeito municipal, ele desdenhou, como vem desdenhando ao longo do seu mandato, mas especialmente durante as questões da Covid-19, de boas proposições que foram levadas por nós ao seu conhecimento. Nós não somos iniciantes, nós não somos amadores, nós não somos oportunistas e já governamos esta cidade e mostramos que temos capacidade de governar e de fazer a cidade andar para frente e não como hoje que estamos andando para trás. O prefeito nada faz sobre a questão dos ônibus; pelo contrário, ele se tornou o porta-voz da ATP. Uma vergonha para esta cidade um prefeito, que não fiscaliza um contrato que está sendo desrespeitado de A a Z. A ATP usa da má-fé para burlar o contrato, e nós vamos às últimas consequências. Estamos inclusive fazendo um novo documento para dialogar com o Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado. Hoje quando nós discutimos uma renda emergencial básica, mínima, irrisória, para o povo de Porto Alegre, o prefeito manda retirar equipamentos de moradores de rua, quando nós, desde o início, dissemos: “Abra o Gigantinho, abra o espaço do Tesourinha e coloque os moradores de rua sob abrigo como outras cidades fizeram.” Mas a truculência é total, e o Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, tem sido tremendamente truculento com a nossa bancada e ultimamente me tirou como o inimigo número um desse governo. Eu quero dizer ao Mauro Pinheiro, ele me conhece muito bem, sabe que eu não sou dessa laia e que não me misturo com os truculentos, os usurpadores do poder e aqueles que se vendem por cargos de confiança. Então não venha com provocação que não vou cair na sua laia e vou responder seja aqui - eu sei que o senhor está inscrito, vai falar e eu vou ouvir -, mas vou responder no devido momento com a devida qualificação profissional técnica que eu tenho e os anos de mandato que eu tenho. Eu não vou me calar diante da sua arrogância e do seu chefe. Não, nunca! Jamais me calei nesses anos todos de mandato, tenho uma relação aberta, transparente com todos os colegas. Dialogo muito com alguns companheiros, como chamo de companheiros, camaradas de Parlamento, a gente faz grandes debates, por exemplo, na CCJ, com pessoas que têm visões antagônicas, diferentes do que nós temos, mas, no mundo civilizado, é preciso ter cabeça para pensar, coração para sentir e coragem para fazer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde, Presidente Pujol, demais vereadores e vereadoras; realmente, Ver. Adeli Sell, suas últimas atitudes me surpreendem. O senhor sempre foi um vereador do diálogo, da conversa e, ultimamente, o senhor entrou numa linha de ataques pessoais a minha pessoa e a muitos vereadores desta Casa. O senhor não tem moral para falar em denúncia do Ministério Público, o senhor faz parte do Partido dos Trabalhadores. Eu, infelizmente, fiz parte desse partido de ladrões, de sem-vergonhas, e o senhor está se igualando a eles cada vez mais,

defendendo a roubalheira, o senhor não tem moral para falar em Ministério Público, em Justiça, o senhor e o seu partido não têm essa moral! O senhor tem que se botar no seu lugar e parar de atacar as pessoas, o senhor e todo o seu partido, fazendo *cards* dos vereadores, porque votaram diferente do seu partido, o senhor não tem moral nenhuma para cobrar ninguém, Ver. Adeli Sell! O senhor está tendo coragem de falar o quê, Ver. Adeli Sell? O que o senhor quer ... Por exemplo, as empresas de ônibus, o senhor quer que se encampem, o senhor quer transformar Porto Alegre em Cuba? O senhor quer transformar Porto Alegre na Venezuela? O senhor não tem moral para falar, Ver. Adeli Sell, o senhor agora está se escondendo atrás de um sistema *on-line*; se fosse cara a cara, o senhor não teria coragem para falar. O senhor hoje foi a um programa de rádio, onde eu não estava, para falar pelas costas, Ver. Adeli Sell, o senhor não tem coragem de fazer o debate cara a cara, nem o senhor, nem o Ver. Oliboni. São dois inconsequentes, que defendem ladrões, até hoje, defendem o Lula, que já foi preso e condenado. Então, o senhor me respeite, Ver. Adeli Sell, o senhor me respeite! O senhor tem que respeitar não só a mim como a todos os vereadores. Os vereadores aqui votam pela sua consciência, por aquilo que acham que devem votar. Vocês ficam atacando os vereadores pelas costas, porque vocês não têm coragem de fazer isso pessoalmente. Está bem, Ver. Adeli Sell? Vamos nos respeitar para sermos respeitados. O senhor não tem coragem para falar olho no olho, o senhor defende o partido de um ladrão. Eu tive coragem de sair desse partido de ladrão, quando ele estava presidindo a República, porque não queria cargos, nunca quis cargos, sempre trabalhei com honestidade e nunca tive apoio desse bando de ladrões, de sem-vergonhas, Ver. Adeli Sell! O senhor me respeite!

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Já cumprimentei os vereadores, mas eu queria cumprimentá-los por esta sessão – são muitas emendas para ser concluído este projeto; queria cumprimentar o Presidente, o Luiz Afonso. Na sessão hoje com o prefeito, nós pudemos ouvir e fazer as devidas perguntas. Caso alguém não tenha se sentido contemplado com as respostas, tem outros meios ainda de contato com o prefeito – no caso de não concordar, também. Eu sinto que nós estamos com os ânimos exaltados, nós estamos muito tristes pela situação por que passa o mundo e passamos nós aqui, acho que nós temos que pensar menos em ideologia para chegarmos a um consenso favorável para a população, para todos nós, minimizando a perda de empregos, que é algo que eu tenho grande preocupação, como também lamento muito as perdas de vidas.

Quero aproveitar este momento para dizer da importância de muitos segmentos, iniciando pela área da saúde, mas também de outras áreas como a do transporte e a da alimentação, que, às vezes, não se fala. Então, quero lembrar a todos e

dizer que, da nossa parte, estamos sensibilizados, sim, com tantos pedidos, com tantas pessoas em dificuldades. Este projeto vai contemplar essas pessoas. Vamos tocar o nosso serviço, o nosso trabalho em prol de Porto Alegre com menos ódio, com mais amor no coração. Temos que mudar, não dá para ficarmos com tanto ódio, com tanto rancor. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde, colegas. Eu quero seguir na linha da Ver.^a Lourdes, eu acho que todos nós estamos apreensivos. Apreensivos por não podermos nos reunir, apreensivos por tudo o que a gente está vendo, pela forma que a gente vê os encaminhamentos que estão acontecendo não somente na nossa cidade, mas também no nosso País e no mundo. Há países que achavam que estavam avançando na questão do vírus e retrocederam. Em Pequim mesmo, agora, foi decretado um estado de calamidade, uma coisa que nos deixa apreensivos e inseguros. Então vou pedir aos colegas que a gente bote um pouquinho de paz e amor no coração, que a gente não leve para o dia a dia toda essa carga que nós estamos recebendo. A gente recebe essa carga de amigos, recebe essa carga de eleitores, recebe essa carga da família. Todos nós nos programamos para algo que seria por 15 dias, 30 dias, no máximo, tudo era novidade. Se os pares lembrarem, as pessoas estavam botando foto cozinhando, foto fazendo atividade com os filhos, uma série de coisas que, com o tempo, viraram uma rotina a que muitos não estavam acostumados.

Eu quero voltar ao assunto que tratamos hoje com o prefeito, ao meio-dia. Eu me preocupo muito, eu não sei se é isolamento, eu não sei como chamar isso, eu não sei como dizer isso, mas me preocupa muito a nossa cidade, a capital de todos os gaúchos, estar tomando as providências necessárias para garantir a vida, as providências necessárias, como diz o secretário, para a velocidade com que esse vírus se propaga, e nós não estarmos conseguindo trazer o restante dos municípios, da Região Metropolitana principalmente, para essa política de preservar a vida, para essa política de mais restrições. Eu volto a insistir: não adianta nós, a cidade de Porto Alegre, ser uma ilha de exceção, não adianta a cidade de Porto Alegre criar todos os critérios de consumo, todos os critérios de aglomeração e, logo ali do lado, a menos de um quilômetro da nossa cidade, as coisas estarem funcionando normalmente, como se nada estivesse acontecendo. Não adianta a nossa cidade ter vários regramentos e não ter quem fiscalize. O governo não tem perna para isso, o governo, se usar o contingente de fiscalização da Guarda Municipal, da EPTC, não tem perna para isso. Eu acho que tem que trazer a população para essa luta, eu acho que tem que conclamar a população para ser agente de fiscalização. As pessoas podem tirar suas fotos, encaminhar para os vereadores, que nem encaminharam agora. Eu queria que os pares também reclamassem – quando recebem coisa dos municípios ou de alguém, ficam reclamando. Foram

entupidas as nossas redes esse fim de semana, na sexta, no sábado e no domingo, com lojistas, com empresários, com vários setores e segmentos pedindo que nós intercedêssemos junto ao Município, para que se chegasse, mais ou menos, aonde se chegou. Não é o ideal, mas é aonde se chegou. Eu acredito que seja uma sensação da população de medo, de insegurança, de um estresse muito alto que todos estão passando, então é o momento de nós termos calma, refletirmos, rezarmos, pedirmos que Deus coloque paz no coração da gente; que a gente consiga passar por isso juntos, unidos, fora de questões ideológicas, fora de questões de maragato e chimango, gremista e colorado. Eu acho que nós temos que nos unir por um bem maior, que é a vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, saudar todos os vereadores e as vereadoras pelo excelente trabalho de hoje. Concluímos a votação com 36 votos favoráveis, com alguma discussão, como disse o Janta, áspera em alguns momentos, mas faz parte do debate. Amanhã esperamos que todo mundo esteja tranquilo novamente e que voltemos ao chão batido, ou seja, ao debate natural. Quero parabenizar por nós termos votado esse Fundo Municipal de Combate ao Coronavírus e, temporariamente, essa transferência de renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia, que são aqueles mais necessitados e que precisam dos governos municipal, estadual e federal. É muito bom, é como eu disse na minha votação: nós temos muitas divergências com o prefeito, mas, nesse caso, é uma coisa da cidade, dá para mostrar que a Câmara participou, Presidente, V. Exa. sancionou junto conosco essa votação excelente, 36 votos. Mostra que a Casa tem diversidade, que a Casa tem pontos antagônicos, mas, nesta circunstância, ela se une em volta da sociedade de Porto Alegre. O que precisa mais, no meu entender, é o prefeito andar mais junto com a Câmara, para que a gente tenha notícias rápidas, para que a gente tenha, antes de decretos, como aconteceu hoje... Eu não consegui ler ainda, nós estamos desde as 14h aqui votando, ouvimos o prefeito ao meio-dia, mas foi muito bom. Como o prefeito disse de manhã – não é para discordar, isso é bom as pessoas saberem –, por que Porto Alegre traz as pessoas do interior? Porque aqui se arrecada o maior contingente de dinheiro do governo federal e do governo do Estado, então, tem que bancar o interior, porque a maioria dessas cidades não têm hospital, têm imensas adversidades. A capital tem mais dinheiro. Aqui, Presidente, tem a Central de Marcação de Consultas, quando vem do interior, tem que passar pela Central, que é aqui na capital, para ver leitões. A única questão que eu gostaria de saber depois – o Mauro agora está mais tranquilo, pode me responder – é sobre essas pessoas que morrem aqui, quantas vêm do interior para morrer aqui, aí somam para Porto Alegre. Elas vêm, ficam por 20 dias internadas na UTI, morrem e somam para Porto Alegre. Eu gostaria de saber o que é verdade aí, eu

tenho muita curiosidade em saber. Só se diz que há 30 dias está internado, mas muitos vieram do interior, pegaram lá. Mas como a morte é terminada aqui, conseqüentemente, não se vê esse aspecto e não se informa direito. Acho que Porto Alegre está bem, eu sou otimista, Presidente Pujol, eu sou otimista, acho que Porto Alegre está fazendo bem o seu trabalho. Não que 54 mortes não representem nada, não, não é nada disso que eu estou dizendo, uma morte já é preocupação nossa, mas, se nós olharmos outros estados, outras grandes cidades – quem tiver curiosidade –, se nós pegarmos uns sete, oito estados onde há mais de mil mortes, vamos ver que isso dá 80% das mortes do Brasil. Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Pará, Ceará, Bahia, dá mais de 80%, em torno de 80% das mortes do Brasil. Então, parabéns. Vamos auxiliar esse pessoal do fundo e desmistificar essas coisas. Eu acho que tem muita coisa. Vem do interior para cá porque é obrigado.

Para concluir, eu entrei com um projeto de resolução, Presidente, preste bem atenção, para cancelarmos o recesso este ano. Não há mais necessidade de nós fazermos o recesso. São 15 dias. Ninguém está viajando. Vamos continuar trabalhando, embora de forma remota, como estamos fazendo, mas estamos produzindo. Vamos aprovar esse projeto de resolução para nós continuarmos trabalhando, porque temos eleições também, o ano está logo aí, temos mais de 200 projetos para serem votados – do Executivo, do Legislativo. Vamos pensar logo nisso, vamos chegar a um consenso, aprovar esse meu projeto de resolução, passar pela CCJ, para que possamos dar continuidade. Quinze dias para nós ficarmos em casa? Nós já estamos. Ninguém vai viajar, porque não tem mais viagem. Está difícil, o vírus ainda anda em todas as cidades, e muita gente não pode nem viajar para o exterior porque não tem como chegar lá. Então, peço a sua contribuição para que a gente faça um estudo logo, mostre a força da Câmara e termine com esse recesso. São apenas 15 dias, vamos continuar trabalhando. Um abraço, Presidente. Parabéns, mais uma vez.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Cassio Trogildo, digno presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, eu quero reiterar o elogio que fiz a todos os integrantes da comissão, que, num exemplo de dedicação, hoje, às 8h, estavam decidindo sobre projetos que estavam à disposição, muitos dos quais, entre os quais o senhor, já estão aqui há quase 12 horas seguidas dentro da Câmara. Isso quer dizer o seguinte: tem razão uma pessoa que, antes, havia me perguntado “quando é que vocês vão começar a trabalhar?” e que, agora, ontem, me perguntou “quando é que o senhor vai parar de trabalhar?”, porque tinha visto, durante todo o dia, a movimentação que tivemos. Dizer, com todo carinho, que tenho muito orgulho que o senhor seja de um partido dos melhores dessa... (Problemas técnicos no som.) ...que a gente tem de confirmar que, dentro das circunstâncias, o caminho que nós começamos a trilhar e estamos trilhando é o melhor caminho. Vamos seguir com as decisões remotas e com as sessões virtuais, isso está dando resultado. Como nós estaríamos fazendo tudo

isso que fizemos hoje se não houvesse essa oportunidade? A palavra é sua, meu caro presidente, e meus cumprimentos pelo belíssimo trabalho da sua comissão.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente Pujol, eu quero, em nome de todos os membros da nossa CCJ, agradecer pelas suas bondosas e generosas palavras, dizer que o nosso diretor Luiz Afonso nos acompanha desde as 8h, assim como boa parte da assessoria também, mas isso faz parte das atribuições do Parlamento. Quando nós falamos de Câmara Municipal, de Parlamento Municipal, sempre é importante, nós, institucionalmente, termos a visão do que representa o Parlamento Municipal. O prefeito que hoje esteve aqui tem a sua legitimidade, foi eleito pela maioria da população, mas, no Parlamento, estão representados 100% dos eleitores da cidade. Todos aqueles que votaram nas chapas proporcionais estão representados aqui nos 36 vereadores da nossa Câmara Municipal. Eu sei que já é tarde, está todo mundo cansado, mas nós precisamos, sim, tentar buscar a serenidade neste momento, tentar buscar o melhor caminho para, primeiro, demonstrar que a Câmara Municipal, o Parlamento de Porto Alegre está cumprindo com as suas atribuições. Nós estamos, desde que foi por nós iniciado o isolamento social em Porto Alegre, antes, inclusive, que o próprio Executivo, porque dia 16 de março o Executivo ainda não tinha definido pelo isolamento social e pelas medidas, e a Câmara, numa reunião inédita com os líderes e a Mesa, decidiu pelo cancelamento presencial das suas atividades, e nenhum dia ficou sem trabalhar, Presidente Pujol e queridos colegas. Aqui está a demonstração que a Câmara, mesmo de forma virtual, está conseguindo cumprir com todas as suas atribuições, constitucionais inclusive: legislar, debater os projetos que aqui chegam. Hoje debatemos um projeto que não foi de iniciativa de nenhum parlamentar, foi de iniciativa do Executivo, que teve 28 emendas e 2 subemendas e que encerramos aqui. Então, nós não podemos deixar que as nossas diferenças diminuam o tamanho deste Parlamento, nós somos o Parlamento da capital do Rio Grande do Sul. Eu não estou fazendo aqui apelo para ninguém, só uma avaliação. Nós, do PTB, não votamos nenhuma emenda, nenhuma subemenda e muito menos qualquer projeto olhando o seu autor; nós votamos com as nossas convicções. Ontem, a bancada do PTB fez uma reunião, era domingo, acho que muitos outros partidos também estão se organizando dessa forma, porque a forma que a gente tem de se organizar é virtualmente. O prefeito, sim, convidou a sua base para se reunir ontem também, e quero dizer que a grande maioria dos colegas que participou da reunião fez um apelo ao prefeito para que comparecesse ao Parlamento, como já tinha feito em outra oportunidade, e nós queremos que possa comparecer muitas outras vezes. Sugerir hoje, inclusive, que possa ser de 15 em 15 dias, que é mais ou menos o prazo para as alterações nos decretos. O prefeito vem aqui, faz parte do processo político, faz parte da democracia alguns concordarem e outros não concordarem, o certo é que, se o prefeito não vem, ele não dialoga; se o prefeito vem, ele não fala a verdade ou vem aqui só para “cumprir carnê”.

Eu quero dizer que estou bastante contemplado com o que a Câmara Municipal produziu de sexta-feira passada para cá: termos o comparecimento do

prefeito antes da publicação do decreto, eu acho que foi uma posição muito significativa do que representa o nosso Poder Legislativo Municipal.

Para finalizar, eu não poderia deixar de salientar, grifar e sublinhar o comando da nossa Casa, a nossa Mesa Diretora, que tem seis experientes vereadores – o PTB contribuiu neste ano com o vice-presidente, o Ver. Paulo Brum –, mas eu queria aqui saudar o nosso decano, nosso nobre Ver. Reginaldo Pujol, que, com seus 80 anos, é o presidente este ano. Dificilmente, alguém vai superá-lo em termos de reuniões virtuais realizadas na história do Parlamento de Porto Alegre. Uma boa noite, agradecendo a todos, em especial aos colegas da diretoria legislativa, que, desde muito cedo, junto com o Luiz Afonso, nos acompanham, mas também agradecendo a compreensão de todos os colegas da CCJ e de todos os nossos colegas vereadores e vereadoras da Câmara Municipal. Obrigado. Logo que termine aqui, um bom descanso para todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Muito obrigado, Ver. Pujol, já começo com Vossa Excelência. Sempre que possível, eu dialogo com a Mesa Diretora e com o senhor de modo especial, agradecendo sempre a recepção, porque eu estou aqui para colaborar, porque, afinal de contas, depois de duas décadas, o nosso dever é fazer mais e fazer melhor. A CCJ está aqui, o meu presidente sabe o quanto eu tenho ajudado, o quanto eu tenho colaborado na CCJ. Não voto de maneira precipitada, muitas vezes faço declaração de voto para mostrar a minha independência intelectual. Não estou nervoso, não adianta vir com esse papo de “vamos acalmar os ânimos”, não é uma questão de acalmar os ânimos, é de colocar o coração para fora, de expressar o que passa na nossa mente, dizer o que nós pensamos, porque, caso contrário, nós faríamos coro àquele filósofo antigo que dizia que o Parlamento está eivado de cretinice parlamentar. Não é isso o que eu quero, não é isso o que eu faço. Quando eu me queixo do prefeito, é porque, lastimavelmente, eu não entendo o prefeito Nelson Marchezan, com quem sempre debati, sempre discuti, sempre colaborei, mandei inúmeras contribuições, dialogo com muitos secretários, porque, afinal de contas, sobre tudo o que fizemos ultimamente, especialmente nesse período de pandemia, nós não tivemos retorno algum, as nossas demandas não são respondidas. Se o Mauro está brabo, é um problema do Mauro. Eu conheço o Mauro muito bem, eu fiz campanha para ele para deputado estadual em 2006, não me arrependo, o Mauro era do PT. Se ele se arrepende de ter estado no PT, isso é uma avaliação dele, eu não me arrependo; eu sou do PT – único partido que eu participei em toda minha vida – e luto para que o PT seja e faça o melhor possível em todos os momentos. Nós temos as nossas siglas partidárias, nós temos as nossas paixões políticas e ideológicas, e eu sou um sujeito que faz de tudo para fazer um debate, mas que o líder do governo tem sido truculento, especialmente com a minha pessoa, tem sido. Eu não fico expondo as pessoas, eu só exponho as pessoas

quando elas me expõem, me confrontam, me chamam de mentiroso, me fazem acusações levianas. Eu não faço isso, eu apenas qualifiquei o comportamento do líder do governo e insisto que ele mude de opinião e volte a ser o Mauro cordato, como ele sempre foi comigo, porque eu sempre fui com ele, só mudei porque ele mudou. Eu pretendo colocar todas as posições político-partidárias que eu posso colocar. Eu passei, neste mandato, muito tempo sem apresentar um novo projeto, estudei muitas questões, já me comuniquei com o Ver. Pujol sobre o Plano Diretor.

Eu já lhe digo aqui, mais uma vez, Pujol, quero ser um dos principais colaboradores da questão do Plano Diretor, porque hoje eu tenho na sociedade porto-alegrense um grupo de arquitetos e urbanistas, engenheiros, pensadores, pessoas da mobilidade como jamais pensei em ter um dia em torno de mim. Isso eu quero colocar em projetos, em ideias, quero trabalhar por uma cidade inclusiva, por uma cidade para as pessoas, para que a gente não tenha vergonha da mobilidade horrível que a gente tem hoje na cidade de Porto Alegre.

Um abraço no coração de todo mundo, não tenho nenhum problema com ninguém, mas eu tenho a minha opinião. Pujol, receba meu respeito pela condução dos trabalhos. O Cassio sabe que sou um dos primeiros que bate ponto na CCJ, vivo cobrando se tem pauta, se eu tenho parecer para dar, costume não atrasar e assim vou continuar até o fim deste mandato. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Só uma pergunta: o nosso trabalho pode ser realizado até que horas?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Até as 19h18min.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Temos tempo de sobra ainda.

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Colegas, eu vou usar este período de Comunicações para reiterar uma denúncia que nós já estamos há um tempo carregando em nome dos usuários do transporte coletivo da cidade de Porto Alegre, que é a atual situação de desrespeito tanto do decreto municipal quanto do decreto estadual que trata da circulação do transporte coletivo, da circulação de pessoas da cidade que utilizam os ônibus. É uma situação insustentável, de calamidade, sobretudo neste momento em que a gente percebe o aumento de contágio da Covid-19 e também das síndromes respiratórias agudas graves, que, para um município como o nosso, que não tem testagem em massa, têm os mesmos sintomas que a Covid-19. Isso está carregando, além de uma situação de preocupação por parte dos trabalhadores e dos familiares que utilizam o transporte coletivo para se locomover, também a possibilidade de maior

contágio dentro das nossas comunidades já tão desassistidas pelo Estado. Então acho que isso é algo grave, a gente vem tencionando um posicionamento dos vereadores, assim como do Judiciário. Já apresentamos representação no Ministério Público, no Ministério Público de Contas, e, infelizmente, parece que, se não tem uma pressão popular, o Parlamento e o Judiciário não andam, ou não andam na celeridade das medidas que precisam ser tomadas do ponto de vista do povo usuário de transporte público. É sabido já que as empresas estão descumprindo o edital; é sabido já que nos cinco anos, desde que houve a licitação do transporte, nenhuma empresa conseguiu dar conta das metas de excelência, das metas de qualidade; é sabido também sobre a possibilidade de quebra de contrato por parte da Prefeitura. Também temos a informação de que as empresas hoje devem milhões para os caixas públicos, e a gente precisa ter uma atenção para isso, porque, no momento em que a Carris, que é uma empresa pública, já vem adotando as linhas que estão sendo suspensas pelos empresários, a gente tem que pensar qual é a nossa postura, enquanto vereadores, enquanto representantes de todas essas comunidades que hoje estão sendo desassistidas em relação a tomar uma medida por essa ruptura dos contratos. Que a Carris absorva as frotas, absorva as garagens desses empresários que hoje devem milhões para o caixa da Prefeitura. A gente recebeu uma resposta, para não dizer que não há resposta aos pedidos de informação, mas a gente recebeu com muito atraso, colocando que as empresas não estão repassando para o caixa da Prefeitura o valor referente aos 3% do CCT, e isso são quase R\$ 60 milhões que as empresas devem.

A gente sempre teve uma dificuldade concreta de avançar na pauta da municipalização do transporte, visto que a Carris não tem quantidade suficiente de frota nem o monopólio das garagens. Hoje a gente passa por uma situação vergonhosa de barganha por parte desses empresários que, em plena pandemia, querem aumentar a passagem, tiram linhas, excluem horários. As pessoas trabalham sábado e domingo – são decisões que parece que não partem da perspectiva do trabalhador –, mas sábado e domingo não existem linhas em determinados horários. Minha irmã, da área da saúde, está voltando do serviço todos os dias de Uber, pagando para ir trabalhar! Então essa condição é que nos foi colocada, e eu acho que, enquanto usuários, enquanto representantes do povo de Porto Alegre que somos, o que a gente consegue encaminhar nesse sentido? Eu acho um absurdo votar o pacote do Marchezan sem a gente ter acesso à real situação das contas dos empresários.

E a gente precisa ter um encaminhamento radical em relação a esse problema que é histórico. Desde que eu me conheço por gente, ando de ônibus na cidade, e o transporte público é precário e é público só no nome, porque, na lógica, a gente sabe que as medidas são adotadas para empresas privadas, os editais são feitos já para essas empresas conseguirem disputar, e não vem nada de retorno social para os usuários. É uma passagem cara! A gente está enfrentando uma pandemia muito séria, nós já representamos na Justiça, enquanto PSOL, inúmeras vezes, e é uma situação de abandono, as instâncias do Legislativo e do Judiciário não funcionam.

Na Mapa, já teve organização de um protesto protagonizado pelas lideranças de lá. O ônibus 394 é uma conquista da comunidade, que sempre batalhou

para ter um ônibus específico, entendendo que abrange toda Mapa I e Mapa II, e o ônibus foi retirado em plena pandemia. Teve protesto também em solidariedade aos usuários da Mapa. O tempo inteiro, eu recebo denúncias pelo WhatsApp, eu recebo os vídeos, e eu até peço para os usuários continuarem nos enviando, porque, nessa pressão, é bom a gente ter um balanço do que foi a postura desses empresários, inclusive da Prefeitura; nesse momento difícil, é bom a gente ter um balanço de qual tipo de transporte público foi oferecido para a população.

Flexibilizaram o isolamento social, agora o Marchezan recuou, mas sem pensar no trabalhador que tem que se deslocar. Tem que ter um planejamento. Isso é típico de um governo que desconhece a realidade do povo, de um governo que tem dificuldade de organizar suas políticas ouvindo o Parlamento, ouvindo os conselhos, ouvindo o que a população tem a dizer, de um governo que dificulta o acesso à informação. Para a gente conseguir acessar as planilhas, a prefeito teve que entrar na justiça e contratar uma auditoria de contas.

Então é nesse marco que a gente está na luta do transporte. Eu clamo para que os vereadores se posicionem em relação a esse absurdo, porque, cotidianamente, as pessoas estão sendo carregadas de uma forma indigna, isso vai fazer com que aumente o contágio nas periferias. Eu trouxe um projeto de lei muito importante que era sobre a fila única, porque a gente sabe que, se as UTIs públicas superlotarem, é o povo pobre, é o povo empobrecido pela crise global desse sistema falido que vai sofrer com as decorrências do Coronavírus. Estou vendo que o Presidente Pujol está fazendo sinais para mim, então encerro a minha fala. Quero agradecer a atenção dos senhores e das senhoras.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Na realidade, eu nem iria falar, mas, em cima da fala do Ver. Cassiá e em cima da fala da Ver.^a Karen, eu vou me pronunciar. A vereadora falou muitas verdades aqui, mas ela disse uma frase... Eu quero explicar para a Ver.^a Karen Santos que temos que ter cuidado e serenidade nessa questão do transporte público, porque nos preocupa, mas nós não podemos, como V. Exa. diz, tomar uma posição radical. Eu vou contar para a senhora aqui que, em 1989 – a senhora era muito jovem –, quando o Olívio Dutra, do PT, assumiu a Prefeitura de Porto Alegre, também era contra os empresários. Tomaram uma decisão radical, fizeram uma intervenção no transporte coletivo de Porto Alegre. Sabe no que resultou isso? Num prejuízo de mais de R\$ 300 milhões para os cofres públicos, para a Prefeitura de Porto Alegre, um prejuízo que o PT nunca pagou! Quem começou a pagar isso aí foi o prefeito José Fogaça. Em 16 anos de governo, o PT nunca indenizou os empresários, e aí essa conta chegou a quase R\$ 400 milhões, quando o prefeito Fogaça começou a pagar. Então é verdade que o transporte coletivo tem problemas, é verdade

que os usuários estão enfrentando grandes dificuldades, temos que achar uma solução para isso, sou parceiro nisso, agora, não podemos tomar uma decisão radical. É só olhar para trás um pouquinho para ver o erro histórico cometido pela denominada administração popular no seu primeiro mandato com Olívio Dutra, tanto que voltaram atrás, não deu certo.

Bom, em cima da fala do Ver. Cassiá Carpes, eu também concordo que nós não precisamos ter esses 15 dias de recesso, a não ser que a nossa diretoria legislativa precise desse tempo de 15 dias de recesso para se atualizar, para se recompor, para se uniformizar. Se não for preciso, se a DL não precisar disso, eu penso até que a própria Mesa, junto com os líderes, poderia tomar essa decisão junto com a DL: “Não teremos 15 dias de recesso”. Agora, é preciso ver se a burocracia da DL não vai precisar desse tempo para poder fazer isso.

Por fim, Sr. Presidente, tivemos essa reunião com o Sr. Prefeito. Eu estava lendo na Zero Hora agora o decreto e me surpreendi – acho que surpreendeu a todos – que o prefeito mandou fechar os escritórios de advocacia, e eu não entendi essa decisão do decreto, as consultorias também, porque, na realidade, a Justiça está funcionando, o Fórum está funcionando, o TRF4 está funcionando, a Justiça do Trabalho está funcionando, e o prefeito limita, nesse decreto, as consultorias e os escritórios de advocacia. Em princípio, até os escritórios de contabilidade estariam proibidos, mas isso foi refeito, então essa questão da contabilidade foi liberada, mas os escritórios de advocacia e consultorias estão proibidos por esse novo decreto.

Nós estamos aqui para colaborar, foi um dia intenso de trabalho. Parabéns a todos, ao Presidente, à nossa diretoria legislativa, aos demais vereadores e vereadoras. Nós estamos trabalhando, mesmo que remotamente, em *home office*, em casa – estamos trabalhando e trabalhando muito! Começamos hoje ao meio-dia, são agora 18h50min, e talvez eu esteja aqui encerrando esta sessão. Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, diretor Luiz Afonso, colegas vereadores.

Cassio Trogildo, não te esquece de resolver o problema que eu te pedi, só me conversa. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor legislativo): Não há mais inscritos, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Quero dizer ao nosso querido Ver. João Bosco que ele foi muito feliz no seu pronunciamento de hoje. Temos alguns problemas que não podemos equacionar na base do empurra para cá, empurra para lá, não é assim, é muito mais confuso do que a gente imagina. Entre eles, está o transporte coletivo – o primeiro deles. Ver. Janta, Porto Alegre insiste em não ouvir aquilo que o senhor falou há mais tempo. O transporte coletivo de Porto Alegre tem que ter tudo que no mundo inteiro existe, inclusive o subsídio do Poder Público, porque é impossível manter esse... (Problemas técnicos no som) ...que o usuário é que sustenta

todo processo, e o usuário está cada vez mais descapitalizado, todos nós sabemos. Então, parabéns pelo seu pronunciamento. A ideia do Ver. Adeli, que, inclusive, fez um bom pronunciamento agora no seu segundo momento quando falou do Plano Diretor, é um compromisso que nós temos que ter com a cidade.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, eu quero agradecer as suas palavras e dizer que, infelizmente, com esse nosso critério de falar um por bancada, eu não tive a oportunidade – não tenho tido – de falar hoje com o Sr. Prefeito. Eu tenho proposto, eu tenho insistido nessa questão do subsídio do transporte coletivo – eu tenho ideias, já apresentei, mas não fui ouvido. Então eu gostaria que o senhor, como Presidente, o Ver. Cassio e o Ver. Mauro discutissem com o Sr. Prefeito, mesmo que ele diga para mim que não serve. Por exemplo, a EPTC, no ano passado, arrecadou R\$ 70 milhões em multas; a Uber pagou R\$ 10 milhões de ISS – aí são R\$ 80 milhões. Eu estou propondo também que ele autorize a propaganda externa nos ônibus. São 1,5 mil ônibus e 300 a 400 lotações, o que, por baixo, dá R\$ 30 milhões por ano. Se somarmos tudo, são R\$ 110 milhões para botar num fundo para subsidiar o transporte coletivo. Mas eu não sou nem recebido, nem ouvido, nem ao menos para dizer que não serve. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu agradeço a contribuição muito boa do colega. Inclusive, há poucos dias, eu falei com o prefeito sobre a propaganda externa dos ônibus – eu nem sei se é boa ou ruim –, que não há necessidade de lei, basta que ele rescinda o decreto que foi firmado pelo ex-prefeito Tarso Genro, e V. Exa. denunciou esse fato. Existe um decreto, e decreto a gente anula quando quer. Eu não sei se é conveniente ter propaganda nas laterais dos ônibus, eu não sei, isso é um problema que os técnicos têm que examinar, mas não tem proibição e nem lei, isso é verdade.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, eu acho que uma coisa que temos que fazer para não ficarmos com a culpa quanto à questão do transporte, Ver. João Bosco, é: pegar os projetos que estão na Casa, ver o que é possível votar – se ganhar, ganhou, se perder, perdeu –, porque tem alguns que a gente não vai votar; mas o prefeito, sempre que vai para a mídia, comenta: “Ah, mas depende da Câmara”. Nós temos que votar esses projetos que estão aí, “sim” ou “não”. Então eu peço: vamos aproveitar este momento em que não teremos recesso para começarmos a votar. Votar não quer dizer que vamos aprovar; votar não quer dizer que vamos rejeitar; votar é a nossa obrigação. Então é nesse sentido, vem ao encontro do que o Ver. João Bosco estava falando, eu concordo plenamente, o subsídio existe em todo mundo, ele não se preparou três anos para fazer um fundo, não administrou. Isso que vocês estão falando, eu dou plena razão, qualquer estado, capital do Brasil dá subsídio.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Só para lhe pontuar, Ver. Cassiá, neste momento, nós estamos impedidos de votar qualquer projeto que não seja

com relação à Covid-19 em função de uma liminar. O Sr. Presidente pode até explicar para nós, porque hoje o Sr. Presidente iria entrar com um recurso, a Câmara de Vereadores, e eu gostaria de saber o que aconteceu.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Até porque a resolução que aprovamos ultimamente dava uma brecha de votarmos algumas coisas fundamentais para a cidade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Duas informações importantes. Primeiro, a Comissão de Constituição e Justiça decidiu hoje pela legalidade da nossa proposta de expandir, como disse o Ver. Nedel, de continuar votando outros projetos que não sejam tão expressamente vinculados à pandemia. Hoje, na verdade, tudo está vinculado à pandemia e as consequências são em todos os setores e em todos os lados. Eu acredito que na quarta-feira esse projeto de redução já possa ser submetido ao plenário, e nós resolveremos essa situação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Presidente; obrigada, Luiz Afonso. Solicitei liderança porque a gente nunca tem a oportunidade de conversar sobre essas questões que não foram resolvidas no ano passado. Eu acho que é importante ouvir o que o Ver. João Bosco tem a dizer, ele traz mais essa memória de todas as iniciativas por parte dos vereadores, dos políticos que estão aí para resolver a questão do controle social do transporte público. A gente vinha de um processo em que estávamos há mais de 20 anos sem licitação, a gente conquistou a licitação do transporte público a duras penas, e, hoje, essa licitação, o edital não vem sendo respeitado. Sim, temos que votar questões na Câmara de Vereadores; inclusive, o prefeito enviou, na fatídica última sessão do ano passado – está sendo questionada na justiça –, um projeto de lei que é uma indicação do Ministério Público de Contas para regulamentar a atual situação da propaganda. Tem uma lei municipal que rege a questão dos *outdoors* dos ônibus e que entra em contradição com o que está previsto no edital, e o Ministério Público de Contas indicou para a Prefeitura enviar um projeto para regulamentar essa situação. Esse projeto foi votado; inclusive, o único vereador que votou a favor desse projeto foi o Mauro Pinheiro, todos os outros vereadores que estavam presentes na sessão votaram contra. Então, ainda hoje existe uma situação irregular na atual forma de gestão do transporte.

Segundo, todos estes recursos deveriam ser destinados para um fundo do transporte público: o valor da bilhetagem antecipada, que hoje fica sob responsabilidade, de forma ilegal, da ATP; o dinheiro da cobrança das multas que começaram a ser cobradas só no ano passado, quando nós iniciamos com as discussões nas audiências públicas, porque queriam demitir os cobradores, queriam taxar os motoristas de Uber, queriam socializar a má gestão do transporte público, e aí

começaram a cobrar as multas quando a gente começou a trazer esses elementos para o debate. Eu acho que tem muitas questões, inclusive a resposta da auditoria contratada pela Prefeitura – onde já se viu a Prefeitura ter que contratar uma auditoria para ter acesso a algo que já deveria estar sob sua responsabilidade há muito tempo? São várias questões que a gente tem que tentar esclarecer antes de pensar em dar mais subsídio público para esses empresários que estão aí. Eu acho que temos que requestrar um pouco essa memória, temos que ter audiência pública, temos que ter participação dos usuários – não dá para ser feito a portas fechadas, muito menos em sessão *on-line*. Eu acho que, para esses projetos que têm um impacto nessa proporção na vida das pessoas, têm que permitir que as pessoas consigam participar, que elas sejam ouvidas, só vereador não dá conta de representar as demandas do povo, até porque a gente sabe que boa parte dos vereadores não usa ônibus para se deslocar. Não estou fazendo uma discussão moral, cada um opta pelo seu estilo de vida, mas é muito fácil votar questões que são pertinentes à vida das pessoas sendo que isso não vai afetar vocês, não vai afetar a família de vocês, objetivamente.

Então eu acho que essa questão do transporte é bem complexa, demanda a gente resgatar essas discussões que não conseguimos fazer, as audiências públicas que não conseguimos concluir. Esse projeto de lei que trata da questão específica da publicidade precisa ser votado na Câmara de Vereadores para regulamentar o atual edital. Estamos esperando até agora o prefeito reencaminhar esse projeto e fazer a discussão minimamente com a sua base, porque só o Ver. Mauro Pinheiro votou favoravelmente ao projeto, a oposição não estava presente na última sessão do ano – a gente já tinha se retirado depois da vitória que foi segurar o projeto que iria extinguir, a médio prazo, a profissão dos cobradores de ônibus. Nós temos que estar atentos. Também acho que não vai ser fácil pensar um projeto em comum para esse problema do transporte, só que, ao mesmo tempo, a Carris tem que assumir as linhas que forem extintas. A gente vai continuar permitindo que as pessoas sejam atulhadas dentro dos ônibus em meio a uma pandemia? A gente vai continuar permitindo que as pessoas não consigam se deslocar para o serviço no sábado e no domingo, tendo que pagar aplicativo? São questões urgentes. E a empresa, a Carris, que é uma empresa pública, não visa lucro, tem a responsabilidade de assumir essas linhas. Subsídio, sim, para a Carris fazer isso. Eu sou muito a favor do fundo da Covid-19. É preciso subsídio para a Carris assumir isso. Enquanto os empresários não prestarem conta das planilhas, não tem como a gente pensar uma saída em conjunto para resolver essa questão mais estrutural do nosso transporte. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado. Eu não tenho o direito de discutir com a senhora, a senhora tem toda a liberdade de falar, e eu, presidindo os trabalhos, não tenho o direito de contestar. Como eu falei, em que pese entenda que a senhora está equivocada no seu conceito, não posso contestar que a

senhora use da liberdade que o Regimento lhe concede. A senhora tem todo o direito de colocar a sua opinião, e eu acho que colocou livremente.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Só um esclarecimento: o prazo das nossas reuniões remotas termina no dia 16?

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): No dia 19. Alterando a resolução, como está sendo alterada, nós podemos colocar até o recesso, se for o caso.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Como a Prefeitura está restringindo ainda mais e o prefeito falou hoje para nós que até 4 de julho é provável que nem haja leitos nas UTIs, que há uma projeção nesse sentido, eu penso que a Câmara deve continuar na condição em que se encontra.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Câmara tem projetos para encaminhar e não encaminhou até agora, os que encaminhou, dois ou três, foram trancados por mandado de segurança, outro decidimos hoje. Aliás, aqueles que não são interrompidos por medidas judiciais têm tido resolução rápida dentro do nosso sistema, não duram mais de uma semana, dez dias. Obrigado a todos.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 19h02min.)

* * * * *